

Contencioso Tributário-Fiscal

108) ICMS. Pretensão de compensar com crédito de precatório. Impossibilidade. Cessão de crédito de precatório de natureza alimentar. Artigo 100, § 9º, da CF. Compensação que não tem previsão legal. Ausência de autorização no artigo 78 do ADCT. Sentença de improcedência mantida. Recurso improvido. (Apelação nº 1001099-15.2015.8.26.0114 – Campinas – 4ª Câmara de Direito Público – Relator: Luis Fernando Camargo de Barros Vidal – 29/04/2015 – 4.517 – Unânime)

109) APELAÇÃO. Embargos à execução fiscal. Tributário. ICMS. Creditamento. Princípio da não cumulatividade. Crédito do imposto incidente nas entradas de bens destinados ao ativo imobilizado do estabelecimento, na vigência da Lei Complementar nº 87/1996. Inadmissibilidade. As mercadorias destinadas ao uso e consumo do estabelecimento somente darão direito de crédito se a sua entrada se der a partir de 1º de janeiro de 2020 (art. 33, inciso I, Lei Complementar nº 87/1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 138/2010). Recurso desprovido. (Apelação nº 0002688-66.2014.8.26.0123 – Capão Bonito – 5ª Câmara de Direito Público – Relator: Nogueira Diefenthaler – 27/07/2015 – 27706 – Unânime)

110) APELAÇÃO CÍVEL. Mandado de segurança. ICMS. Benefício

outorgado pelo Estado de Santa Catarina. Inexistência de suporte em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ. Ofensa aos artigos 150, § 6º, 152 e 155, § 2º, inciso XII, alínea 'g' da Constituição Federal. Creditamento irregular. Imposto que não foi efetivamente recolhido. Auto de infração que deve subsistir. Sentença que denegou a segurança mantida. Recurso desprovido. (Apelação nº 0041675-95.2011.8.26.0053 – São Paulo – 5ª Câmara de Direito Público – Relator: Maria Laura Tavares – 27/07/2015 – 16.129 – Unânime)

111) AGRAVO DE INSTRUMENTO. Pretensão de suspensão da exigibilidade de crédito tributário de ICMS. Operação “Cartão Vermelho”. Alegação de inconstitucionalidade do procedimento de fiscalização e constituição do crédito tributário. Alegação de aplicação de multa confiscatória. Ilegalidade da base de cálculo adotada. Ausência do requisito da verossimilhança do direito alegado previsto no art. 273 do CPC bem pronunciada. Recurso improvido. (Agravado de instrumento nº 2156196-42.2015.8.26.0000 – São Paulo – 4ª Câmara de Direito Público – Relator: Luis Fernando Camargo de Barros Vidal – 31/08/2015 – 4.495 – Unânime)

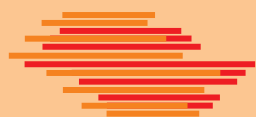
112) ICMS. Autuação por creditamento decorrente da escrituração de notas fiscais declaradas inidôneas. Ausência de comprovação da realidade das operações. Ação anulatória improcedente. Sentença confirmada. (Apelação nº 0043891-21.2003.8.26.0114

– Campinas – 4ª Câmara de Direito Público – Relator: Ricardo Feitosa – 31/08/2015 – 28.734 – Unânime)

113) RECURSO DE APELAÇÃO EM EXECUÇÃO FISCAL.

Meio tributário. ICMS. Extinção pelo parcelamento do débito. Não é dado ao juiz decretar a extinção do feito, nos termos do disposto no artigo 794,

inciso I, do Código de Processo Civil, ante a notícia de mero parcelamento do débito tributário, enquanto não quitado completamente. Sentença reformada. Recurso provido. (Apelação nº 9002685-58.1995.8.26.0014 – São Paulo – 5ª Câmara de Direito Público – Relator: Marcelo Berthe – 31/08/2015 – 7.622 – Unânime)



PGE
PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ISSN 2237-4515

